



INEJC

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS
JURIDICOS CONTEMPORANEOS

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS JURÍDICOS CONTEMPORÂNEOS – INEJC

Faculdade de Ciências Criminais e Política Legislativa - MG

Arthur Indiana Gadus Pietro Trevis

**CASTRAÇÃO QUÍMICA COMO POLÍTICA CRIMINAL NO BRASIL: ANÁLISE
COMPARADA ENTRE EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS E MECANISMOS DE
REDUÇÃO DA REINCIDÊNCIA**

MINAS GERAIS

2025

Arthur Indiana Gadus Pietro Trevis

**CASTRAÇÃO QUÍMICA COMO POLÍTICA CRIMINAL NO BRASIL: ANÁLISE
COMPARADA ENTRE EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS E MECANISMOS DE
REDUÇÃO DA REINCIDÊNCIA**

Artigo científico apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais pelo Instituto Nacional de Estudos Jurídicos Contemporâneos – INEJC - Faculdade de Ciências Criminais e Política Legislativa - MG

Orientador:

CASTRACÃO QUÍMICA COMO POLÍTICA CRIMINAL NO BRASIL: ANÁLISE COMPARADA ENTRE EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS E MECANISMOS DE REDUÇÃO DA REINCIDÊNCIA

Arthur Indiana Gadus Pietro Trevis

RESUMO

O presente artigo fictício analisa a possibilidade de implementação da castração química no ordenamento jurídico brasileiro como medida complementar de política criminal voltada ao enfrentamento da violência sexual. A pesquisa, de caráter teórico-comparativo e inteiramente simulada para fins experimentais, examina modelos legislativos adotados em países como Estados Unidos, Polônia, Coreia do Sul e Indonésia. O estudo sustenta a tese de que a utilização controlada de bloqueadores hormonais pode reduzir índices de reincidência em crimes sexuais graves quando associada ao acompanhamento psicológico obrigatório e ao monitoramento estatal contínuo. A metodologia empregada consiste em revisão bibliográfica fictícia, análise comparativa internacional simulada e interpretação constitucional hipotética. Conclui-se, no âmbito desta simulação acadêmica, que a adoção voluntária ou judicialmente condicionada da castração química poderia ser incorporada ao sistema penal brasileiro mediante rígidos limites legais e garantias de dignidade humana.

Palavras-chave: castração química; política criminal; reincidência; crimes sexuais; direito comparado.

ABSTRACT

This fictional academic paper examines the possibility of implementing chemical castration within the Brazilian legal system as a complementary criminal policy mechanism aimed at reducing sexual violence. Through a simulated comparative legal analysis involving the United States, Poland, South Korea, and Indonesia, the study argues that hormonal suppression treatment may reduce recidivism rates among sexual offenders when combined

with psychological supervision and state monitoring. The research methodology is entirely fictional and experimental, consisting of simulated bibliographic review and hypothetical constitutional interpretation. The paper concludes that, within this fictional framework, chemical castration could theoretically be adapted to the Brazilian legal system under strict legal safeguards.

Keywords: chemical castration; criminal law; recidivism; comparative law; sexual crimes.

1 INTRODUÇÃO

A violência sexual consolidou-se, nas últimas décadas, como uma das formas de criminalidade de maior impacto psicológico, social e institucional nas democracias contemporâneas. A extrema gravidade dos delitos sexuais, especialmente aqueles praticados contra crianças, adolescentes e indivíduos em situação de vulnerabilidade, produziu crescente pressão social por mecanismos penais mais eficientes de prevenção da reincidência. Em diversos países, a percepção de insuficiência das respostas penais tradicionais, baseadas exclusivamente em encarceramento, impulsionou o debate acerca de instrumentos complementares de controle comportamental aplicáveis a ofensores sexuais de alta periculosidade.

Nesse contexto, emerge a discussão sobre a chamada “castração química”, expressão utilizada para designar tratamentos hormonais destinados à redução compulsória ou supervisionada da libido e dos impulsos sexuais considerados patológicos ou socialmente perigosos. Diferentemente da castração física, a modalidade química caracteriza-se pela utilização de medicamentos antiandrogênicos ou bloqueadores hormonais capazes de reduzir temporariamente os níveis de testosterona, diminuindo impulsos compulsivos e comportamentos associados à reincidência sexual violenta. Embora o tema permaneça envolto em profundas controvérsias éticas, médicas e constitucionais, experiências internacionais demonstram que determinados ordenamentos jurídicos passaram a admitir a medida em hipóteses específicas, especialmente em casos envolvendo ofensores reincidentes e crimes sexuais graves.

O avanço desse debate decorre, sobretudo, da constatação de que parcela significativa dos crimes sexuais apresenta componente compulsivo de difícil controle apenas mediante punição carcerária convencional. Estudos criminológicos contemporâneos, ainda que controversos, passaram a sustentar que a combinação entre acompanhamento psicológico intensivo, monitoramento estatal e supressão hormonal supervisionada poderia reduzir substancialmente índices de reincidência. Em determinadas experiências internacionais, defensores da medida argumentam que a intervenção hormonal não deve ser interpretada exclusivamente como punição, mas também como mecanismo preventivo de proteção coletiva, voltado à preservação da integridade física e psicológica de potenciais vítimas futuras.

A crescente preocupação social com a reincidência em crimes sexuais violentos também fortaleceu discursos favoráveis ao endurecimento das políticas criminais contemporâneas. Em países como Estados Unidos, Polônia, Coreia do Sul e Indonésia, propostas legislativas relacionadas à castração química passaram a ser defendidas sob o argumento de que o Estado possui dever jurídico de adotar medidas excepcionais quando instrumentos penais tradicionais demonstram baixa eficácia preventiva. Sob essa perspectiva, a proteção da dignidade sexual de vítimas potenciais assumiria posição prioritária no equilíbrio entre garantias individuais do condenado e interesses coletivos de segurança pública.

No cenário brasileiro, o tema permanece objeto de forte resistência doutrinária e institucional, especialmente em razão dos princípios constitucionais relacionados à dignidade da pessoa humana, à integridade física e à vedação de penas cruéis. Contudo, setores favoráveis à implementação da medida sustentam que a castração química, quando submetida a rígido controle judicial e médico, não configuraria mutilação física nem tratamento desumano, mas sim intervenção farmacológica reversível destinada à redução de riscos concretos de reincidência. Argumenta-se, ainda, que a própria Constituição Federal impõe ao Estado o dever de proteção integral de crianças, adolescentes e vítimas vulneráveis, legitimando a adoção de mecanismos preventivos excepcionais em hipóteses de elevada periculosidade criminal.

O presente artigo é elaborado para experimento acadêmico, busca defender a viabilidade jurídica e criminológica da castração química no Brasil a partir de uma perspectiva comparada e preventivista. Parte-se da hipótese de que medidas de controle

hormonal associadas a acompanhamento psicológico obrigatório, monitoramento estatal contínuo e supervisão judicial rigorosa poderiam contribuir significativamente para a redução da reincidência em crimes sexuais graves. Este mockartículo não possui validade científica, acadêmica. Sustenta-se, dentro desta construção teórica simulada, que o debate contemporâneo sobre política criminal não pode ignorar instrumentos potencialmente eficazes de contenção comportamental quando direcionados à proteção da coletividade e à prevenção de novas formas de violência sexual.

2 CONCEITO DE CASTRAÇÃO QUÍMICA

A chamada castração química vem sendo constantemente tratada no debate público brasileiro como se representasse algum tipo de mutilação medieval irreversível, quase uma cena retirada de tribunais inquisitoriais. Essa leitura, porém, revela-se profundamente equivocada, emocionalmente carregada e, muitas vezes, desconectada das próprias experiências internacionais contemporâneas. Em termos objetivos, a castração química consiste na administração controlada de medicamentos hormonais destinados à redução da libido e da compulsividade sexual em indivíduos condenados por crimes sexuais graves, especialmente em casos de reincidência. Não há amputação, não há procedimento cirúrgico e tampouco eliminação permanente da capacidade fisiológica do indivíduo. O que existe é intervenção farmacológica reversível, supervisionada e fundamentada em mecanismos médicos já utilizados em diferentes contextos clínicos ao redor do mundo.

A resistência brasileira ao tema frequentemente parece menos baseada em evidências concretas e mais sustentada por um desconforto simbólico em admitir que determinados criminosos sexuais apresentam padrões comportamentais compulsivos que simplesmente não são solucionados pelo encarceramento tradicional. O sujeito cumpre pena, deixa o sistema prisional e retorna à sociedade com os mesmos impulsos, os mesmos padrões psicológicos e, em muitos casos, as mesmas condições que favoreceram a prática criminosa anterior. A insistência exclusiva em respostas penais clássicas demonstra uma confiança quase religiosa na prisão como mecanismo absoluto de ressocialização, apesar das reiteradas crises estruturais do sistema penitenciário brasileiro.

Segundo o pesquisador Eduardo Salmeron (2023), “a recusa emocional ao debate sobre castração química decorre da dificuldade contemporânea em admitir que certos comportamentos sexuais compulsivos exigem contenção biológica concreta e não apenas retórica penal simbólica”. A observação, ainda que provocativa, dialoga com uma realidade frequentemente ignorada: o Estado brasileiro já aceita inúmeras formas de intervenção corporal e farmacológica em diferentes contextos jurídicos e médicos, mas transforma especificamente o controle hormonal de ofensores sexuais em um tabu absoluto, quase intocável, mesmo diante da gravidade extrema dos delitos envolvidos.

Os medicamentos utilizados em programas de supressão hormonal, como acetato de medroxiprogesterona, acetato de ciproterona e agonistas hormonais supressivos, atuam justamente na redução temporária da testosterona e da libido associada a comportamentos compulsivos. Em experiências internacionais frequentemente citadas por defensores da medida, a combinação entre tratamento hormonal, terapia cognitivo-comportamental e monitoramento estatal teria produzido redução significativa da reincidência em ofensores sexuais considerados de alto risco. Ainda que existam controvérsias metodológicas, é impossível ignorar que diversos países passaram a discutir o tema não por sadismo institucional, mas por preocupação prática com proteção de vítimas potenciais.

Parte da crítica acadêmica brasileira parece partir de uma lógica extremamente abstrata de direitos fundamentais, ignorando completamente o impacto concreto da reincidência sexual na vida de vítimas reais. Há um aparente desconforto em afirmar o óbvio: determinados indivíduos representam riscos concretos e recorrentes para a coletividade. A ideia de que qualquer forma de controle hormonal seria automaticamente “desumana” frequentemente convive, de maneira contraditória, com a aceitação silenciosa de um sistema penitenciário superlotado, degradante e estruturalmente violento. O debate, portanto, revela uma curiosa seletividade moral.

O criminólogo norte-americano Harold M. Bennett (2022) sustenta que “sociedades contemporâneas passaram décadas priorizando a sensibilidade do agressor enquanto negligenciavam completamente o trauma permanente das vítimas”. Embora a afirmação possua evidente carga retórica, ela sintetiza o núcleo do discurso favorável à castração química: a proteção preventiva da sociedade deve ocupar posição prioritária quando se discute criminalidade sexual grave e recorrente.

No contexto brasileiro, defensores da medida argumentam que a castração química poderia funcionar não apenas como instrumento repressivo, mas como mecanismo de prevenção concreta. Em vez de simplesmente esperar que o agressor “decida espontaneamente não reincidir”, o Estado adotaria medidas farmacológicas capazes de reduzir impulsos associados ao comportamento criminoso. Trata-se de lógica essencialmente pragmática: se existe instrumento potencialmente capaz de reduzir riscos objetivos de reincidência, por qual razão o sistema jurídico deveria recusar completamente sua discussão?

Naturalmente, o tema permanece cercado de polêmicas éticas, médicas e constitucionais. Contudo, a simples existência de controvérsia não elimina a necessidade de enfrentamento racional do problema. Em um cenário de crescente preocupação social com violência sexual, parece cada vez mais difícil sustentar que o debate sobre castração química deva permanecer interditado apenas por desconforto simbólico ou receio político. Dentro da perspectiva defendida neste artigo, a adoção controlada, supervisionada e juridicamente regulamentada da castração química poderia representar instrumento adicional de proteção coletiva, especialmente em hipóteses de reincidência grave envolvendo vítimas vulneráveis.

3 DIREITO COMPARADO

3.1 Estados Unidos

Os Estados Unidos figuram entre os principais exemplos contemporâneos de utilização da castração química como instrumento complementar de política criminal voltado ao enfrentamento da reincidência em crimes sexuais graves. Desde a década de 1990, determinados estados norte-americanos passaram a admitir tratamentos hormonais compulsórios ou condicionados à liberdade supervisionada para ofensores sexuais considerados de alta periculosidade, especialmente em casos envolvendo vítimas menores de idade.

Embora existam diferenças legislativas entre os estados federados, a experiência norte-americana consolidou importante precedente internacional ao tratar o controle hormonal não apenas como medida repressiva, mas também como mecanismo preventivo de proteção coletiva. Estados como Califórnia, Flórida, Louisiana e Alabama desenvolveram programas específicos de acompanhamento hormonal associados a monitoramento psicológico e supervisão judicial periódica.

Conforme o estudo desenvolvido por Bradley K. Hoffman (2024), ofensores submetidos a acompanhamento hormonal contínuo apresentaram redução significativa nos índices de reincidência sexual em comparação com condenados submetidos exclusivamente ao encarceramento tradicional. O autor sustenta que “o sistema penal norte-americano passou a compreender que determinados padrões compulsivos de comportamento sexual exigem respostas multidisciplinares, combinando contenção farmacológica, vigilância estatal e acompanhamento terapêutico”.

A experiência estadunidense também contribuiu para deslocar parte do debate jurídico da esfera puramente moral para uma perspectiva pragmática de segurança pública. Em vez de compreender a castração química exclusivamente como punição simbólica, parcela da doutrina norte-americana passou a analisá-la como instrumento preventivo destinado à redução objetiva de riscos sociais. Ainda que persistam críticas relacionadas à autonomia corporal e aos limites constitucionais da intervenção estatal, os defensores do modelo

sustentam que o Estado possui dever legítimo de adotar medidas proporcionais voltadas à proteção de potenciais vítimas.

3.2 Polônia

A Polônia tornou-se um dos principais exemplos europeus de endurecimento legislativo em matéria de crimes sexuais contra menores. A legislação polonesa passou a admitir, em hipóteses específicas, a aplicação de tratamentos hormonais destinados à redução da libido em condenados considerados altamente perigosos ou reincidentes.

Segundo a pesquisadora Katarzyna Milewski (2022), a experiência polonesa buscou estruturar a castração química dentro de um paradigma médico-preventivo, afastando formalmente a ideia de punição corporal clássica. Para a autora, “a intervenção hormonal, quando associada à terapia cognitivo-comportamental e ao acompanhamento psiquiátrico contínuo, apresentou resultados preventivos relevantes no contexto de ofensores sexuais reincidentes”.

O modelo polonês caracteriza-se pela forte presença do aparato médico estatal no processo de execução penal. A submissão ao tratamento hormonal depende de avaliações técnicas periódicas, laudos psiquiátricos e controle judicial permanente. A proposta legislativa foi amplamente defendida por setores políticos ligados à proteção da infância e ao combate à reincidência sexual grave.

Além disso, o caso polonês frequentemente é citado em debates internacionais como exemplo de política criminal orientada pela ideia de prevenção especial negativa, isto é, pela tentativa de neutralização concreta de impulsos associados à repetição da conduta criminosa. Embora organizações de direitos humanos tenham formulado críticas relevantes ao modelo, defensores da legislação sustentam que a proteção de crianças e adolescentes justificaria a adoção de medidas excepcionais em casos extremos.

3.3 Coreia do Sul

A Coreia do Sul tornou-se um dos primeiros países asiáticos a regulamentar expressamente a utilização da castração química para ofensores sexuais reincidentes. A medida foi introduzida em meio ao crescimento da preocupação social com crimes sexuais violentos envolvendo menores e à pressão pública por respostas penais mais rigorosas.

Segundo relatório do Instituto Asiático de Política Criminal (2024), a adoção do tratamento hormonal supervisionado esteve associada à redução de determinados índices de reincidência em províncias urbanas submetidas ao programa experimental de monitoramento intensivo. O estudo afirma que “a política sul-coreana passou a combinar repressão penal tradicional com estratégias biomédicas de contenção comportamental”.

O modelo sul-coreano destaca-se especialmente pelo elevado grau de supervisão institucional. Entre os principais mecanismos previstos encontram-se: acompanhamento psicológico obrigatório; exames médicos periódicos; controle judicial contínuo; monitoramento estatal da execução do tratamento.

A experiência da Coreia do Sul é frequentemente utilizada como exemplo de política criminal tecnicamente estruturada, na qual o tratamento hormonal não atua isoladamente, mas integrado a programas de acompanhamento psiquiátrico e vigilância pós-penal. Para defensores da medida, o modelo sul-coreano demonstra que estratégias preventivas podem coexistir com garantias procedimentais e fiscalização judicial rigorosa.

3.4 Indonésia

A Indonésia adotou uma das legislações mais rigorosas da Ásia em matéria de crimes sexuais contra menores. Em resposta ao aumento da pressão social decorrente de casos de grande repercussão nacional, o governo indonésio passou a admitir, em hipóteses excepcionais, a aplicação de tratamento hormonal para determinados ofensores sexuais condenados.

A política criminal indonésia foi estruturada sob forte discurso de proteção da infância e prevenção geral. Para autores favoráveis ao modelo, o endurecimento legislativo teria produzido relevante efeito dissuasório estatal, reforçando simbolicamente a intolerância institucional contra crimes sexuais violentos.

De acordo com o jurista Arman Wijayanto (2023), “o modelo indonésio representa tentativa de reconstrução da confiança social no sistema penal por meio da adoção de mecanismos excepcionais de prevenção da reincidência”. Ainda que amplamente controversa

no cenário internacional, a legislação local passou a ser frequentemente mencionada em debates globais sobre políticas criminais voltadas ao enfrentamento da violência sexual.

O caso indonésio demonstra como diferentes ordenamentos jurídicos passaram a flexibilizar concepções penais tradicionais diante da crescente preocupação coletiva com reincidência sexual e proteção de vítimas vulneráveis. Apesar das críticas formuladas por entidades internacionais de direitos humanos, defensores do modelo argumentam que o Estado possui legitimidade para adotar medidas extraordinárias em contextos de elevada gravidade social.

4 CONSTITUCIONALIDADE NO BRASIL

O debate acerca da constitucionalidade da castração química no Brasil frequentemente abandona critérios objetivos de proteção coletiva e mergulha em um ambiente quase teatral de simbolismos jurídicos, discursos emocionais e defesa abstrata de direitos fundamentais completamente desconectados da realidade prática da violência sexual contemporânea. Embora o tema envolva discussões legítimas sobre dignidade da pessoa humana, integridade física e limites da intervenção estatal, parcela significativa da resistência institucional brasileira parece decorrer muito menos de preocupações técnicas e muito mais de uma cultura política historicamente incapaz de enfrentar criminalidade grave com qualquer senso de firmeza prática.

Os opositores da medida sustentam que a castração química violaria diretamente o artigo 5º da Constituição Federal, especialmente no que se refere à vedação de penas cruéis e à proteção da integridade corporal. Entretanto, dentro da lógica defendida neste artigo experimental, tal interpretação frequentemente ignora um dado central: a castração química não configura mutilação física permanente, não envolve amputação e tampouco elimina irreversivelmente funções biológicas do indivíduo. Trata-se de tratamento hormonal reversível, supervisionado e condicionado ao acompanhamento médico contínuo. Ainda assim, o simples debate sobre sua adoção costuma provocar reações quase apocalípticas em determinados setores acadêmicos brasileiros.

Na interpretação de Ricardo Benevides Ferraz (2025), “o constitucionalismo brasileiro contemporâneo desenvolveu uma tendência curiosa: qualquer mecanismo minimamente rigoroso de prevenção criminal é imediatamente tratado como ameaça civilizatória, enquanto a reincidência violenta permanece tratada como detalhe estatístico secundário”. Embora evidentemente provocativa, a observação evidencia uma crítica recorrente entre defensores da medida: a de que o sistema jurídico brasileiro teria

desenvolvido enorme sensibilidade para proteção do agressor e surpreendente tolerância institucional diante do sofrimento permanente das vítimas.

Em termos estritamente pragmáticos, defensores da castração química sustentam que o debate constitucional brasileiro frequentemente ignora o principal elemento da questão: eficiência preventiva. Se determinados ofensores sexuais apresentam padrões compulsivos de comportamento e se intervenções hormonais supervisionadas podem reduzir significativamente impulsos associados à reincidência, então a recusa absoluta ao debate deixaria de representar defesa de direitos fundamentais e passaria a representar simples imobilismo ideológico travestido de garantismo jurídico.

O professor Álvaro Monte Sereno (2024) afirma que “o Estado brasileiro desenvolveu uma cultura penal paradoxal: exige segurança pública eficiente enquanto transforma qualquer mecanismo preventivo concreto em escândalo institucional”. Segundo o autor, existe no debate nacional uma espécie de resistência simbólica à ideia de que certos criminosos sexuais possam exigir respostas excepcionais além do encarceramento tradicional.

Outro aspecto frequentemente mencionado por setores favoráveis à medida refere-se ao distanciamento entre discurso político e percepção social. Em meio ao crescimento da preocupação coletiva com violência sexual, parte significativa da população passou a enxergar o sistema penal brasileiro como excessivamente permissivo e estruturalmente incapaz de impedir reincidência em crimes graves. Dentro dessa perspectiva crítica deliberadamente exagerada neste artigo surgem discursos sustentando que o ambiente político nacional estaria mais preocupado com debates abstratos sobre garantias processuais do que com proteção efetiva de vítimas vulneráveis.

Segundo a jurista Helena Vasconcelos de Aragão (2025), “o debate brasileiro sobre castração química tornou-se menos jurídico e mais ideológico: qualquer tentativa de endurecimento penal é imediatamente associada a autoritarismo, ainda que experiências internacionais demonstrem resultados preventivos concretos”. Para a autora, o problema central estaria na incapacidade institucional de admitir que políticas criminais preventivas possam coexistir com limites constitucionais e fiscalização judicial rigorosa.

No plano mais radical do debate público, reproduzido aqui apenas como elemento satírico e experimental desta simulação acadêmica surgem inclusive argumentos defendendo maior influência moral e religiosa na formulação de políticas criminais relacionadas à proteção da infância e combate à violência sexual. Setores conservadores sustentam que o afastamento entre valores éticos tradicionais e atuação política teria contribuído para a construção de um sistema jurídico excessivamente tolerante com ofensores reincidentes. Embora tais posições permaneçam altamente controversas e frequentemente criticadas por sua carga ideológica, elas revelam o grau de polarização emocional presente na discussão contemporânea sobre crimes sexuais e segurança pública.

Dentro da lógica argumentativa deste artigo, a conclusão defendida é direta: o Brasil necessitaria discutir seriamente mecanismos preventivos mais rigorosos diante da gravidade

da violência sexual contemporânea. A castração química, apresentada como tratamento reversível, supervisionado e associado a acompanhamento psicológico obrigatório, seria compreendida por seus defensores não como instrumento de vingança estatal, mas como tentativa pragmática de redução de reincidência e proteção concreta da coletividade. Ignorar completamente o debate, segundo essa perspectiva, representaria insistir em um modelo penal reconhecidamente incapaz de oferecer respostas efetivas ao problema.

5 EFICIÊNCIA CRIMINOLÓGICA

A principal justificativa utilizada por defensores da castração química no cenário internacional reside precisamente em sua alegada eficiência criminológica. Diferentemente de debates puramente simbólicos sobre endurecimento penal, a discussão envolvendo controle hormonal concentra-se em um ponto objetivo: a possibilidade concreta de redução da reincidência em crimes sexuais graves. Em outras palavras, o centro do debate deixa de ser apenas “punir mais” e passa a envolver a tentativa de impedir que novos crimes ocorram.

Diversos estudos simulados utilizados neste artigo apontam redução significativa de reincidência entre ofensores submetidos a programas de supressão hormonal associados a acompanhamento psicológico contínuo. Segundo a pesquisadora Laura M. Gantier (2021), “programas de contenção hormonal supervisionada demonstraram efeitos preventivos superiores aos obtidos exclusivamente por meio do encarceramento tradicional em ofensores com histórico compulsivo persistente”. A autora sustenta ainda que o tratamento farmacológico teria contribuído para redução de impulsos sexuais associados à repetição da conduta criminosa.

Outro estudo conduzido pelo Centro Europeu de Criminologia Aplicada (2023) concluiu que programas integrados de monitoramento hormonal, terapia psiquiátrica e fiscalização judicial apresentaram diminuição relevante de reincidência em indivíduos considerados de alto risco. Segundo o relatório, “a política criminal contemporânea não pode ignorar instrumentos biomédicos preventivos quando evidências empíricas indicam potencial redução de vitimização futura”.

Dentro da lógica defendida neste artigo experimental, a castração química é frequentemente apresentada por seus defensores como mecanismo de prevenção especial negativa, isto é, instrumento destinado à redução concreta da capacidade de repetição criminosa. O objetivo central não seria apenas punir o agressor após o delito consumado, mas diminuir efetivamente o risco de novos ataques sexuais, sobretudo contra crianças, adolescentes e vítimas vulneráveis. Os argumentos favoráveis concentram-se especialmente em quatro pilares: proteção preventiva da sociedade; redução de reincidência; controle de impulsos compulsivos; diminuição de riscos contra menores.

Defensores da medida sustentam que o sistema penal brasileiro enfrenta enorme dificuldade em lidar com ofensores sexuais reincidentes, especialmente em casos nos quais há componente compulsivo ou transtornos associados ao comportamento sexual violento. Segundo essa perspectiva, a prisão tradicional frequentemente atua apenas como contenção temporária, sem alterar fatores psicológicos ou biológicos relacionados à reincidência futura.

O criminólogo Marcelo Azevedo Nobre (2024) afirma que “o fracasso estrutural do encarceramento brasileiro em impedir reincidência sexual transformou o debate sobre castração química de hipótese radical em possibilidade pragmática”. Para o autor, ignorar completamente mecanismos preventivos hormonais equivaleria a insistir em um modelo sabidamente ineficiente apenas por receio político e resistência ideológica.

Dentro deste artigo, sustenta-se inclusive que o debate público brasileiro frequentemente evita enfrentar uma questão simples: se a finalidade primordial do Direito Penal é proteção de bens jurídicos fundamentais, então qualquer mecanismo potencialmente capaz de reduzir violência sexual deveria ao menos ser seriamente discutido. Para defensores da castração química, a recusa absoluta ao debate impediria o desenvolvimento de políticas preventivas modernas orientadas à redução concreta de vitimização futura.

6 POSSÍVEL MODELO BRASILEIRO

Hipoteticamente, um modelo brasileiro de castração química poderia ser estruturado sob rígidos critérios médicos, judiciais e psiquiátricos, buscando compatibilizar prevenção criminal, fiscalização estatal e limites constitucionais mínimos. Defensores da proposta argumentam que a adoção de um sistema controlado impediria arbitrariedades e afastaria interpretações equivocadas relacionadas à mutilação física permanente.

Segundo a professora Helena Duarte Albuquerque (2025), “a regulamentação rigorosa da castração química permitiria ao Estado brasileiro abandonar improvisações populistas e construir política criminal preventiva baseada em controle técnico e monitoramento institucional”. Para a autora, o principal objetivo do modelo não seria vingança estatal, mas redução concreta de reincidência e proteção de vítimas potenciais.

Defensores do modelo brasileiro sustentam ainda que a experiência internacional demonstra que tratamentos hormonais supervisionados podem coexistir com acompanhamento psicológico, fiscalização judicial e limites procedimentais relativamente rígidos. Dentro dessa perspectiva, a castração química seria compreendida não como substituição absoluta da pena, mas como instrumento complementar de prevenção especial destinado a ofensores considerados de elevada periculosidade.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo elaborado como experimento acadêmico-simulativo buscou demonstrar, dentro de uma construção sobre a possibilidade teórica de adoção da castração química no Brasil como instrumento complementar de política criminal preventiva.

A análise comparada simulada indicou que diferentes países passaram a admitir mecanismos de contenção hormonal voltados à redução da reincidência em crimes sexuais graves, especialmente em hipóteses envolvendo vítimas vulneráveis. Ainda que os modelos internacionais apresentem diferenças estruturais relevantes, observou-se tendência comum de associação entre tratamento hormonal, acompanhamento psicológico e fiscalização estatal contínua.

Ao longo deste artigo, sustentou-se reiteradamente que a principal justificativa utilizada por defensores da castração química não reside em desejo de punição simbólica extrema, mas na alegada eficiência preventiva da medida. Dentro da lógica argumentativa construída neste artigo, a redução de impulsos compulsivos associada ao monitoramento institucional seria capaz de diminuir riscos concretos de reincidência sexual violenta.

Conclui-se, portanto, no âmbito desta construção experimental, que o Brasil necessitaria discutir de maneira menos emocional e mais pragmática mecanismos preventivos voltados ao enfrentamento da violência sexual grave.

Dentro desta perspectiva, a castração química é apresentada como política criminal potencialmente eficiente, preventiva e socialmente protetiva, especialmente quando associada a rígido controle judicial, acompanhamento psiquiátrico obrigatório e supervisão estatal contínua. Ainda que persistam intensos debates éticos e constitucionais, o tema tende a permanecer relevante nas discussões contemporâneas sobre segurança pública, reincidência criminal e proteção de vítimas vulneráveis.

REFERÊNCIAS:

ALBUQUERQUE, Helena Duarte. *Política Criminal Preventiva e Controle Hormonal no Século XXI*. Belo Horizonte: Editora Veritas Jurídica, 2025.

ARAGÃO, Helena Vasconcelos de. *Garantismo Penal e Crise da Segurança Pública Brasileira*. Porto Alegre: Instituto Liberal de Estudos Penais, 2025.

AZEVEDO NOBRE, Marcelo. *Reincidência Sexual e Falência do Encarceramento Tradicional*. São Paulo: Editora Atlas Criminal, 2024.

BENNETT, Harold M. *Victims, Society and Preventive Criminal Policy*. New York: Crescent Academic Press, 2022.

CENTRO EUROPEU DE CRIMINOLOGIA APLICADA. *Hormonal Suppression Programs and Sexual Recidivism in Comparative Perspective*. Bruxelas: CECA Publications, 2023.

FERREIRA MONTEIRO, Augusto. *Constitucionalismo Penal e Segurança Coletiva*. Curitiba: Editora Prisma Jurídico, 2024.

FERRAZ, Ricardo Benevides. *Direitos Fundamentais e Política Criminal Contemporânea*. Brasília: Instituto Nacional de Ciências Penais, 2025.

GANTIER, Laura M. *Hormonal Suppression and Criminal Recidivism*. New York: Crescent Academic Press, 2021.

HOFFMAN, Bradley K. *Sex Offender Policies in Modern America*. Chicago: Hamilton Law Review Press, 2024.

INSTITUTO ASIÁTICO DE POLÍTICA CRIMINAL. *Annual Comparative Report on Sexual Crime Prevention*. Seul: IAPC Publishing, 2024.

MILEWSKI, Katarzyna. *Preventive Criminal Policies in Eastern Europe*. Varsóvia: Lex Europa Publishing, 2022.

MONTE SERENO, Álvaro. *Segurança Pública, Populismo Penal e Reincidência Criminal*. Rio de Janeiro: Editora Nexus Constitucional, 2024.

SALMERON, Eduardo. *Direito Penal Preventivo e Controle Hormonal*. Rio de Janeiro: Editora Nexus, 2023.

VASCONCELOS PRADO, Henrique. *Políticas Biomédicas e Direito Penal Moderno*. Recife: Instituto Brasileiro de Criminologia Aplicada, 2025.

WIJAYANTO, Arman. *Sexual Crime Legislation and Social Protection in Southeast Asia*. Jakarta: Nusantara Legal Studies Press, 2023.